



PROGRAMA DA COCA-COLA BRASIL, RECICLOU, GANHOU: UMA EXPERIÊNCIA EMPRESARIAL EM GESTÃO SUSTENTÁVEL.

Helen Christine G. A. Pedroso (UFF)
hcpedroso@gmail.com

O objetivo deste estudo é compreender as abordagens que uma empresa vem adotando para considerar a questão da reciclagem e a preservação do meio ambiente, levando em consideração suas expertises em gestão e inovação. Para tal, foi feita a escolha por uma empresa que possuísse destaque no segmento de bebidas não alcoólicas, neste caso, a Coca-Cola Brasil. Utilizamos o método etnográfico para levantamento de dados qualitativos, através da observações e entrevistas com atores envolvidos diretamente em seu cotidiano e gestão. Tomamos como referência o programa Reciclou, Ganhou, uma das ações socioambientais do Instituto Coca-Cola Brasil, protagonista da plataforma de Responsabilidade Social do Sistema Coca-Cola Brasil. Com base nesses dados foi possível atingir os objetivos propostos pelo estudo.

Palavras-chaves: Reciclagem, Responsabilidade Social, Investimento Social e Sustentabilidade

Estado da arte

Os números mundiais de geração de resíduos são alarmantes. De acordo com os dados apurados pelo IPEA (2009) e Novaes (2007) são produzidos, por dia, 2 milhões de toneladas de lixo, o que corresponde a 700 gramas por habitante nas áreas urbanas. Apenas em Nova York são gerados 3 kg de lixo/dia por pessoa, enquanto em São Paulo esse número chega a 1,5 kg/dia.

Os principais dados apurados quanto aos índices de reciclagem mundial foram obtidos através de publicações de institutos como Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre), *Packaging Recovery Organization Europe* (Pro Europe), *US Environmental Protection Agency* (EPA), *The Association of European Producers of Steel* (APEAL).

Ribeiro e Besen (2007), afirmam que os primeiros registros das experiências brasileiras de coleta seletiva tiveram lugar no início da década de 90, com a publicação da coletânea “Coleta Seletiva de Lixo: Experiências Brasileiras”, organizada por Emílio Eigenheer, e mais tarde com a criação do Cempre.

Os países que mais reciclam são os Estados Unidos da América (E.U.A), o Japão, a Alemanha e a Holanda. Em “Best LIFE-Environment projects” (2006), uma publicação da Pro Europe, constatou-se que desde 1996 na Europa dobrou-se a quantidade de material reciclado recolhido nas cidades européias para cerca de 80 milhões de toneladas por ano. Diversos países comprometeram-se a atingir a meta de reciclar 60% das embalagens consumidas, em acordo firmado com a União Européia.

O relatório da EPA (2007) aponta que entre 2004 e 2005 os Estados Unidos da América geraram mais de 247,3 milhões de toneladas de resíduos sólidos e reciclaram entre 77,7 a 79 milhões de toneladas. Estes resultados não permitiram aos estados americanos atingirem a meta anual, do acordo de responsabilidade entre os Estados do *Municipal Solid Waste* (MSW), órgão responsável pela gestão dos resíduos sólidos, parte integrante da missão do EPA, que controla as estratégias de proteção da saúde humana e dos recursos naturais naquele país.

A União Européia vem trabalhando de maneira mais focada na educação ambiental e realização de eventos em parceria com das indústrias, governos locais, ONGs e outros órgãos responsáveis pela reciclagem de resíduos. Segundo o Cempre (2008), mais de 270 milhões de europeus têm acesso a programas de coleta seletiva. Na Suécia, a proposta é a eliminação da coleta domiciliar, através da instalação de postos públicos para receber o lixo levado pelos cidadãos, dos quais 81% separam seus resíduos domésticos.

Em relação aos demais países, o Brasil é líder em reciclagem de alumínio, processo pelo qual passam cerca de 92% das latas colocadas no mercado, destacando-se que as Cooperativas de Catadores de materiais recicláveis contribuem com 58% das latas coletadas (Cempre, 2009) e além disso possui índice de 54,8% de reciclagem de embalagens PET.

Este percentual coloca o Brasil em destaque em âmbito mundial, à frente dos Estados Unidos e da Europa e atrás apenas do Japão, segundo dados da Associação Brasileira da Indústria do PET (ABIPET, 2010). O processo de reciclagem economiza 95% da energia necessária para produzir uma latinha. Cada tonelada de alumínio usada na reciclagem significa uma economia de cinco mil quilos de bauxita.

Mesmo assim, a Europa está muito à frente do Brasil em relação à legislação. No cenário nacional, as iniciativas ainda tem sido modestas, cujo marco é a lei nº 9.605/1998, também chamada de "Lei dos Crimes Ambientais", cujo texto ainda não contemplava adequadamente a produção, destinação e reciclagem dos resíduos sólidos. A caminho deste objetivo, se pode destacar o Decreto nº 5.940, de 2006, que trata da obrigatoriedade de os órgãos da Administração Pública desenvolverem uma Comissão de Coleta Seletiva Solidária de Resíduos Recicláveis, articulando um programa de segregação seletiva de resíduos e distribuição às Cooperativas de Catadores mediante celebração de contrato entre as partes. Entretanto, o Projeto de Lei nº 203/91 que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos cujo texto visa à responsabilidade compartilhada da cadeia produtiva, foi aprovado somente no primeiro trimestre de 2010 e ainda está em tramitação no Senado Nacional. Isto é, embora o Brasil conte com um razoavelmente longo histórico de documentos legais, ainda aguarda por medidas práticas decorrentes de aplicações de uma Política de Resíduos.

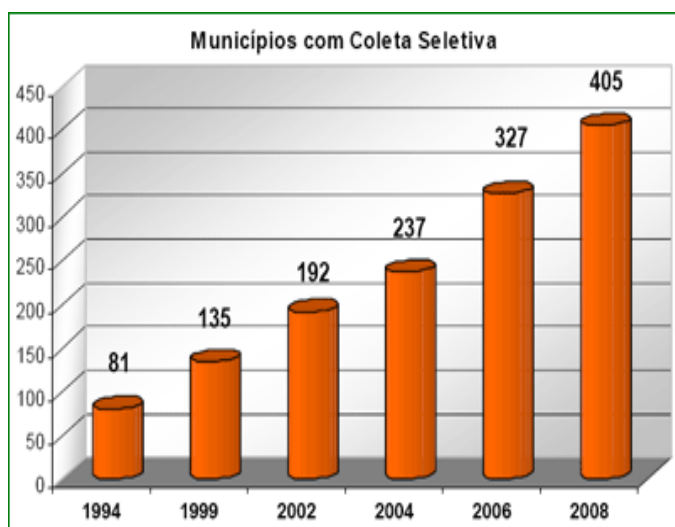
Contudo, na Alemanha, por exemplo, a legislação responsabiliza os produtores de embalagem por todo o ciclo do produto já há pelo menos duas décadas, sendo a coleta seletiva obrigatória em todo o país e o gerador de entulho pagador do recolhimento e da reciclagem.

Ana Salles, em tese defendida em 2009 na COPPE/ UFRJ, apurou que na Alemanha cerca dos 10.0000 municípios se responsabilizam pela coleta de resíduos sólidos onde cada um desenvolve um sistema próprio para cumprir a legislação, seja por pontos de coleta voluntária ou coleta seletiva residencial. Ainda segundo a autora, em 1972 a Alemanha lançou a primeira legislação com intuito de prevenir riscos graves na disposição final de resíduos. A partir, de 1990, a legislação passou a responsabilizar as indústrias produtoras de embalagens pela coleta e sua disposição final, em conformidade com o "Princípio do Poluidor-Pagador", que no Direito Ambiental imputa a responsabilidade ao agente gerador de resíduos poluentes em arcar com os custos e processos decorrentes da poluição.

Atualmente, os fabricantes pagam uma taxa de licença para o órgão *Dual System Deutschland* (Sistema Dual Alemão – DSD), criado para coletar e processar os materiais de embalagem e para a gestão dos resíduos sólidos urbanos municipais. Apenas a partir do pagamento desta taxa, as empresas produtoras podem utilizar um selo que leva a logo *Der Grüne Punkt* (o Ponto Verde) em suas embalagens, o que permite o recolhimento e reciclagem pela organização do *Dual System*. Logo, trata-se de um sistema desenvolvido para o financiamento, contratação e organização de diversas empresas de coleta, triagem e reciclagem dos materiais.

No entanto, a evolução da coleta seletiva no Brasil tem sido mais intensa nos últimos anos e o envolvimento de prefeituras municipais tende a crescer na medida em que a população passe a cobrar uma postura mais pró-ativa de seus governantes. De acordo com os dados do Cempre (2009), em 1994, 81 municípios faziam a coleta seletiva em escala significativa. Em 1999, este número subiu para 135, em 2002 para 197, em 2004 para 237 e em 2006 para 327. Em 2008, apenas 405 (7%) municípios brasileiros já desenvolvem este programa.

Gráfico 1- Municípios Brasileiros com Coleta Seletiva de Lixo, segundo pesquisa do Cempre (2009)

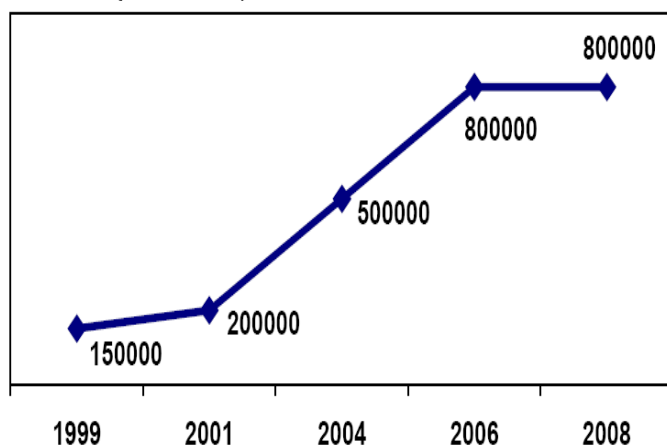


Comparativamente, porém, o panorama da coleta seletiva no Brasil ainda é frágil. Segundo a pesquisa Ciclossoft, realizada pelo Cempre (2008), isto significa que apenas 14% dos brasileiros (26 milhões) têm acesso a programas de coleta seletiva, uma vez que somente 405 municípios (7% do total) entre os 5.564 municípios operam programas de reciclagem de lixo (Cempre, 2008; IBGE, 2006). Entre as prefeituras que desenvolvem o programa, existem três modalidades de trabalho: aquelas prefeituras que contratam empresas terceirizadas; aquelas que desenvolvem diretamente os programas; e finalmente aquelas que realizam parcerias com organizações não governamentais e/ou Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis.

Ribeiro e Besen (2007) entendem que as prefeituras devem ser as responsáveis pelos programas de coleta seletiva e estes devem ser operados por elas. Para o Cempre os programas de maior êxito são aqueles em que há uma combinação de metodologias de coleta seletiva: Coleta Porta-a-Porta, Entrega Voluntária e especialmente, Cooperativa de Catadores.

Há que se ressaltar a evolução no número de Catadores no Brasil: em 1997 eram 150 mil, em 1999 o número aumentou para 200 mil; em 2004 já estavam em 500 mil e em 2006 conta-se com cerca de 800 mil Catadores (Cempre, 2008). No entanto, aponta que a criação de pontos de entrega voluntária para que as Cooperativas de Catadores possam retirar os materiais recicláveis pode vir a reforçar o conceito de coleta seletiva e a posição destes grupos no mercado de recicláveis no Brasil.

Gráfico 2- Evolução do número de Catadores no Brasil (mil)



O papel das empresas nos programas de reciclagem

Com a crescente discussão sobre o fim dos recursos naturais, os agentes econômicos passaram a sofrer restrições em relação à forma como vinham atuando. Ainda, assim, segundo May, Lustosa e Vinha (2003) essas restrições atingem apenas aquelas atividades degradantes que tem efeito maléfico às populações em seus locais de origem. Os recursos renováveis são passíveis de esgotamento que podem ser minimizados pelo aspecto de sua baixa competitividade, mas basta que a exploração passe a ser um “bom negócio” para que a extração falte com o respeito à sustentabilidade. Quanto aos recursos não renováveis, teoricamente, para os autores, podem ser preservados à medida que a própria escassez eleve o preço o suficiente para inibir o consumo ou o aparecimento de bens substitutos.

Diante do baixo índice de compromisso dos municípios em gerenciar o problema, as empresas têm sido cobradas para assumir parte da questão. No Brasil, a responsabilidade pós-consumo existe para os fabricantes de pilhas e baterias, regulamentada pela Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente, Conama 257/1999. As empresas de outros setores industriais, através de seus projetos de Responsabilidade Social, buscam assegurar que os produtos lançados no mercado, após seu uso e recolhimento, sejam reutilizados, reciclados, recuperados ou eliminados de maneira ambientalmente adequada, além de difundir entre os consumidores os modelos de sistemas de coleta e inculcar uma mentalidade de entrega voluntária.

Segundo Kugel (1973) citado por Karkotli e Aragão (2004), o conceito de Responsabilidade Social acompanhou a evolução dos programas sociais estabelecidos pelas empresas e os executivos passaram a compreender a importância de realizar certas ações que as posicionassem como componentes regulares das operações comerciais. O Instituto Ethos (2010) concebe a Responsabilidade Social como uma forma de gestão que se traduz na relação ética e transparente da empresa com todos os públicos interessados e pelo estabelecimento de metas que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

Para Froes e Melo Neto (2001), Responsabilidade Social tornou-se uma nova área de conhecimento do mundo empresarial. O conceito deve ser analisado sob a visão da atitude e comportamento ético das empresas com seus diversos públicos de interesse, de visão de estratégia de ação (relacionamento, marketing, agregação de valor, recursos humanos, valorização de produtos, de inserção na comunidade), e papel principal na difusão de valores como o exercício de uma consciência ecológica.

Joana Garcia (2004) ressalta que alguns atores defendem que o mundo empresarial tem conhecimentos, ferramentas, processos e experiência suficientes para garantir a eficácia da Gestão Social. Outros criticam a legitimidade das empresas para a tarefa de identificar o interesse social. Independentemente das posições, nem sempre coincidentes, ela é vista como um valor positivo.

Hoje, conforme o Cempre (2009), a face mais conhecida da atuação das empresas em reciclagem é o fomento aos programas de coleta seletiva e formação de Cooperativas de Catadores. Várias empresas estão trabalhando na questão, e segundo a Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas Não Alcoólicas (ABIR), a empresa de bebidas não alcoólicas, Coca-Cola é uma das maiores entusiastas do assunto e investe pesado em tecnologias. Em 2008, a Coca-Cola Brasil trouxe uma inovação em embalagem para o mercado nacional de bebidas. Trata-se da tecnologia Minitampa, para garrafas PET, com altura da tampa e do bocal menor que a do padrão atual. A Minitampa dá continuidade aos esforços da empresa para reduzir a demanda por resina PET entre outras iniciativas de reuso e de reciclagem.

Por este motivo, tomaremos a empresa Coca-Cola Brasil como exemplo, neste estudo, buscando compreender sua expectativa, particularmente no programa *Reciclou, Ganhou*, uma das ações socioambientais do Instituto Coca-Cola Brasil, protagonista da plataforma de Responsabilidade Social do Sistema Coca-Cola Brasil.

É nosso objetivo desvelar as contribuições do programa de reciclagem e sua relação com as Cooperativas apoiadas. Para tal, realizamos uma pesquisa etnográfica, no qual se pressupõe um contato direto com a situação pesquisada. Adotamos como referência Cavedon (1991; 2001) e Vergara (2006), que definem o método pela “inserção do pesquisador no ambiente, no dia-dia do grupo investigado” (Vergara, 2006, p.72). Os autores entendem que a observação possibilita o contato do pesquisador com o fenômeno estudado, proporcionando algumas vantagens, uma delas é estar próximo das perspectivas dos sujeitos, podendo relevar fatos novos. Presupõe também a realização de entrevistas com os atores responsáveis diretamente pelo objeto de pesquisa, neste caso especificamente o Vice-Presidente de Comunicação e Sustentabilidade da Empresa Coca-Cola Brasil, que também acumula o cargo de Diretor Estatutário do Instituto Coca-Cola Brasil e o Secretário Geral da Organização Não Governamental (ONG), Doe Seu Lixo (DSL), responsável pela operacionalização do Programa *Reciclou, Ganhou*, parceira do Instituto na reciclagem.

Vale dizer que este trabalho não é apenas a visão de quem recolhe dados e os descreve, mas é o resultado de contrastar o valor, a importância, a pertinência e a tomada de decisões que fundamentam uma prática, sem ignorar as teorias e estudos acadêmicos e científicos.

A Coca-Cola Brasil e sua plataforma de sustentabilidade

Marco Simões, Vice-Presidente de Comunicação e Sustentabilidade da Empresa Coca-Cola Brasil, afirma que são grandes os desafios para contribuir na ampliação do valor econômico das embalagens pós-consumo é o de zerar o índice de geração de resíduos, sendo esta uma das metas da empresa para 2020: “*Parte da solução é reciclar transformando e causando impacto social positivo*”, diz o experiente executivo. Seguindo a Política dos 3 Rs (Reduzir, Reciclar e Reutilizar), uma das estratégias é, o fortalecimento de parcerias, intensificando ações de inclusão de Catadores por meio de Cooperativas, investindo em inovação, gestão e novas tecnologias sociais.

“O Programa Reciclou, Ganhou, uma das ações socioambientais coordenadas pelo Instituto Coca-Cola Brasil (ICCB), fornece muito mais do que apoio financeiro, atua com investimento técnico para o aprimoramento do processo de gestão das Cooperativas de Catadores e tem alcançado avanços importantes”, complementa Marco Simões.

O Sistema Coca-Cola Brasil atua em sete segmentos do setor de bebidas não-alcoólicas - águas, chás, refrigerantes, sucos, energéticos, hidrotônicos e lácteos - com uma linha de mais de 150 produtos, entre sabores regulares e versões de baixa caloria. Formado pela Coca-Cola Brasil e 16 grupos fabricantes brasileiros, além da Leão Junior e da Del Valle, emprega diretamente mais de 44 mil funcionários, gerando indiretamente cerca de 400 mil empregos (Coca-Cola Brasil, 2010).

Acreditando num trabalho integrado entre diversos setores da sociedade, a Coca-Cola Brasil tem participado das discussões da Frente Parlamentar Ambientalista, uma associação suprapartidária destinada a acompanhar atividades do Congresso Nacional que apresentem relação, direta ou indireta, com a questão ambiental, acompanha também os processos legislativos, como os debates na tramitação de projetos de lei no Congresso Nacional, como o do Substitutivo ao Projeto de Lei 203/1991, que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos. A Política visa estabelecer formas de elevar a taxa de reciclagem no País e garantir oportunidades de trabalho para milhares de Catadores de materiais recicláveis, conforme informa o Vice-Presidente.

Marco Simões sinaliza, ainda, que a Coca-Cola Brasil foi um dos membros fundadores do Cempre, entidade que tem como foco fomentar as ações de coleta seletiva e reciclagem de resíduos sólidos urbanos através do apoio e capacitação de Cooperativas de recicladores e de outras iniciativas em parceria com o poder público e privado. Atualmente, o Cempre tornou-se a principal fonte de informação técnica e econômica sobre a reciclagem de resíduos no Brasil e tem contribuído para exportar o modelo de Cooperativas para outros países, através da formação de uma Aliança Global para a Reciclagem.

Até 2020 o Sistema Coca-Cola Brasil assumiu o desafio de reciclar 100% das embalagens para reduzir o índice de resíduos sólidos gerados no País. Para alcançar essa meta, a Corporação tem seguido uma agenda gradativa, que inclui diversas iniciativas, tais como a Plataforma *“Viva Positivamente”*, que reúne princípios, valores e estratégias de atuação prioritárias de modo que a operação da empresa esteja alinhada ao contexto do

desenvolvimento econômico e social levando em conta a proteção ambiental (Viva Positivamente, 2010).

Esta Plataforma busca responder a perspectiva da sustentabilidade, cuja proposta é dimensionar de forma mais holística o impacto das iniciativas e avaliar como elas contribuem para gerar valor. Tendo como base os seis pilares da visão de longo prazo: Performance, Pessoas, Portfólio, Produtividade, Parceiros e Planeta, que são subdivididos em sete frentes de atuação: Água, Embalagens Sustentáveis, Energia e Clima, Comunidade, Vida Saudável, Benefícios das Bebidas e Ambiente de Trabalho.

O Instituto Coca-Cola Brasil (ICCB), fundado pela empresa em 1999, tem como missão mobilizar a sociedade através da influência do Sistema Coca-Cola Brasil com a finalidade de promover programas transformacionais de significativo impacto no desenvolvimento sócioambiental do país. Para tanto, desenvolve três frentes de iniciativas, alinhadas às políticas corporativas, com os seguintes objetivos:

Educação – combater a evasão escolar no ensino público fundamental, com uma contribuição para qualidade do ensino de longo prazo para o País. Realiza o Programa de Valorização do Jovem, atendendo alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, com grave risco de evasão e transformando-os em monitores de classe, consequentemente elevando sua autoestima e responsabilidade. Além disso, em parceria com o Instituto Ayrton Senna desenvolve o programa Educação Campeã, atuando com tecnologias educacionais voltadas para qualidade e gestão do ensino fundamental;

Reciclagem – contribuir para alavancagem dos índices de reciclagem do País através da inclusão social, investindo em gestão, infra-estrutura das Cooperativas e capacitação dos Cooperativados;

Água – desenvolver iniciativas que contribuam para o aumento da quantidade e qualidade de água potável através da restauração florestal. Em parceria com a Fundação SOS Mata Atlântica visa promover a recuperação de bacias hidrográficas com reflorestamento de matas ciliares na região da Serra do Japy, em São Paulo.

Seu foco está no apoio material e técnico às Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis. Atualmente, o Instituto Coca-Cola Brasil apóia mais de 130 Cooperativas de Catadores, que conta com o apoio de 100% dos fabricantes dos seus produtos em todo o País.

Em parceria com o Instituto Walmart Brasil, a Coca-Cola Brasil lançou em 2008 o Projeto Estação de Reciclagem conhecida como pontos de entrega voluntária, instalados em 333 lojas da rede varejista e cujo objetivo é o engajamento dos consumidores na de coleta de resíduos recicláveis, no qual são recolhidos metal, vidro e plástico. Este projeto foi replicado na Argentina, em 2009, trazendo resultados altamente satisfatórios e imediatos, conforme relatou o Vice-Presidente.

Inovação tecnológica a serviço do social

Segundo a Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (2010), Cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida. As Cooperativas baseiam-se em valores de ajuda mútua e responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Na tradição dos seus fundadores, os membros das Cooperativas acreditam nos valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação pelo seu semelhante e contribuem efetivamente para o processo de reciclagem e desenvolvimento sustentável.

As Cooperativas de Catadores visam a aproveitar os materiais reciclados, transformando-os em objetos úteis e diversos, como vassouras, vasos, e em compostos orgânicos, no caso dos resíduos não recicláveis. Além disso, as Cooperativas contam com o apoio de diversos setores da sociedade e demonstram preocupação com seus pares (cooperados ou associados), através de reuniões mensais para discussão de possíveis parcerias, dos recursos recebidos, sua aplicabilidade e entre outras decisões de interesse do empreendimento, que privilegiam sempre o interesse coletivo.

O programa da empresa Coca-Cola Brasil fornece apoio financeiro e técnico para o aprimoramento do processo de gestão das Cooperativas de Catadores. Inicialmente, o foco era a educação ambiental: as escolas, associações de moradores e outras entidades recolhiam embalagens para reciclagem e trocavam por itens relevantes à instituição, como materiais didáticos e tecnológicos. A partir do ano 2000, o escopo do programa foi ampliado e deu início ao apoio material e técnico às Cooperativas de reciclagem. Em 2002, 10 Cooperativas faziam parte do programa. Em 2004, o número de Cooperativas atendidas passou para 31, e hoje apóia mais de 130 Cooperativas (Coca-Cola Brasil, 2010).

Focada na melhoria do processo de gestão dessas organizações sociais e na capacitação de pessoas que procuram soluções de geração de renda, uma importante iniciativa para estimular o incremento da reciclagem e a inclusão social de Catadores foi o acordo de cooperação técnica, firmado em junho de 2009, entre o Instituto Coca-Cola Brasil e a ONG Doe Seu Lixo – DSL.

Júlio César, secretário geral da ONG Doe Seu Lixo, conta que fundou a organização em 2003 com o objetivo de promover projetos de cunho socioambiental pautados na melhoria de qualidade de vida, inserção social, geração de emprego e renda através da coleta seletiva de resíduos sólidos. Sua missão é desenvolver tecnologias sociais e científicas a fim de gerar sustentabilidade para a atividade cooperativista: *“Um dos exemplos é a ferramenta de sistema on-line de monitoramento que permite emitir o relatório de mitigação, desenvolvido em parceria com o Centro de Pesquisa da COPPE/ UFRJ, que convertem os resíduos coletados em resultados ambientais positivos”*, relata o empreendedor social.

A gestão organizacional das Cooperativas é apoiada por uma rede de 39 profissionais, que atuando em tempo integral, exercem uma metodologia de controle própria, desenvolvida em conjunto com a ONG e a COOPE/UFRJ. Em seus objetivos também estão incluídos investimentos na melhoria da infra-estrutura dessas Cooperativas pela cessão de uso de equipamentos e monitoramento através de um sistema único nacional.

Para o secretário-geral, a parceria da DSL pretende consolidar o programa de reciclagem através de um acompanhamento sistemático das Cooperativas já apoiadas, com a ampliação desta rede de maneira gradativa e contínua, visa a contribuir para transformações sócio-ambientais significativas para a sociedade.

Para garantir este acompanhamento, as Cooperativas apoiadas passam por uma visita técnica realizada por um profissional especializado que avalia a Cooperativa de acordo com critérios Administrativos (atos constitutivos, recolhimento de tributos e taxas, documentos de controles etc); Operacionais (cumprimento das normas de segurança do trabalho, planilhas de controle de pesagem e de vendas, controle do destino final dos resíduos etc) e Espaço Físico (quanto à segurança do local para os trabalhadores).

As Cooperativas são pontuadas e niveladas em quatro patamares, definidos de acordo com o grau de atendimento aos critérios citados: a legalização da atividade e regularização

documental; a possibilidade de receber investimentos altos em infra-estrutura; e capacitação de gestão e ampliação da atividade e empreendedorismo.

Ainda conforme Júlio César, o trabalho vem sendo desenvolvido diretamente com as Cooperativas e o processo requer a participação de todos os cooperados nas discussões. Só assim pode-se levar à construção de uma nova relação de trabalho auto-gestionado na sua constituição legal e cumprimento das normas legais necessárias para a constituição, atuação e fortalecimento das Cooperativas.

Conforme declara o Secretário, a realização do projeto dá-se em duas fases:

1ª fase - Diagnóstico: Verificação de toda documentação constitucional e operacional das Cooperativas; Nivelamento das Cooperativas para determinar quais melhorias que cada Cooperativa está apta a gerir; Acompanhamento de um supervisor que orienta na administração da Cooperativa ou simplesmente ajuda na administração.

2ª fase - Ações: Regularização ou legalização das Cooperativas com ajuda técnica de um contador ou de um advogado; Repasse de ativos para as Cooperativas a título de comodato; Monitoramento dos resultados; Criação de um sistema informatizado de avaliação das Cooperativas, determinando o nível da Cooperativa e qual equipamento ela está capacitada a receber.

Para Júlio César, uma das maiores dificuldades deste trabalho é o acompanhamentos da efetividade das ações, através da produção de índices de reciclagem, pois apenas alguns Institutos oferecem este serviço. O sistema on-line foi desenvolvido para o Programa com intuito de acompanhar os resultados, monitorar as vistorias, e os critérios de avaliação da Cooperativa (trazendo fotos e oferecendo um detalhamento de cada reprovação ou aprovação em cada item da vistoria), ainda não conseguem espelhar os índices de impacto global.

“Ainda dentro do conceito de oferecer treinamento e capacitação os equipamentos não são doados e sim cedidos em sistema de comodato para as Cooperativas e implementamos controle e manutenção preventivas e corretivas” diz Júlio César, e continua: “O acompanhamento se dá por completo, da implementação ao monitoramento, inclusive o nosso supervisor orienta a pessoa responsável pela Cooperativa a inspecionar os equipamentos em comodato antes do seu uso, durante o trabalho e no final do trabalho”.

Somente após o cumprimento de todos os critérios de avaliação e a comprovação efetiva de gestão empresarial, os equipamentos são concretamente incorporados aos bens patrimoniais da Cooperativa.

Considerações Finais

A questão ambiental não foi prioridade no processo de industrialização brasileiro. Desde o estabelecimento de indústrias altamente produtoras de emissões poluentes, vindas dos países desenvolvidos nos anos 70, para produzir bens intermediários, aos vazamentos de óleo do setor petrolífero ocorridos em 2000, são vários os exemplos de descaso do setor industrial brasileiro com a questão ambiental.

A política ambiental é necessária para induzir ou forçar os agentes econômicos a adotarem posturas e procedimentos menos agressivos ao meio ambiente, ou seja, reduzir a quantidade de poluentes lançados no ambiente e minimizar a depleção dos recursos naturais.

Os indicadores de qualidade ambiental no Brasil ainda estão bastante abaixo do satisfatório. Se por um lado à dinâmica de crescimento econômico, a acelerada urbanização e a crise do Estado ocorridas a partir dos anos 80 podem ser apontadas como parte da questão, por outro lado o modelo de gestão adotado mostrou-se inadequado para tratar de diversos problemas. Por isso compartilhado-se do reconhecimento de que existiria a necessidade de buscar formas mais eficientes de ações ambientais e seu impacto, investimento e acompanhamento.

Embora a experiência brasileira seja avançada em relação a outros países Latino-americanos, o modelo de gestão ainda apresenta resultados limitados no controle da poluição e outras formas de degradação do meio ambiente.

As ações dos governos são mal gerenciadas porque os programas nacionais são incipientes, embora exista legislação específica. O problema não se limita a gestão ineficiente, mas na falta de definição e implementação de políticas públicas. Os programas socioambientais do Brasil são patrimonialistas e sua gestão burocrática e centralizadora. Ao ser definida uma Política Nacional, caberá ao governo estimular a participação das empresas na busca de aplicabilidades e soluções imediatas. Os exemplos já existem, como demonstramos.

No Brasil, o aspecto social relacionado à coleta seletiva, através da inserção dos Catadores de materiais recicláveis é fator determinante. A questão social ganha força a cada

dia, principalmente pelas novas oportunidades de emprego oferecidas a uma parte da população, infelizmente excluída do mercado de trabalho, associado à nova economia, face ao seu baixo grau de especialização e mesmo de escolarização. Os Catadores de Materiais Recicláveis passaram a ter um papel fundamental na sociedade. É na coleta de materiais recicláveis que encontram fonte regular de renda que lhes permitem a sobrevivência cotidiana. As Cooperativas de Catadores têm possibilitando um salto significativo na qualidade do trabalho desempenhado pelos Catadores, tornando-os legítimos empreendedores. Através da coleta seletiva estes indivíduos passam a ter acesso a cidadania, bens e serviços públicos.

O Catador não é apenas um Catador de lixo, e sim de insumos. Ele recolhe material que pode ser diretamente reutilizado (como um sofá, um armário, uma sobra de areia ou pedra numa construção), ou que precisam ser reciclado antes de se prestarem a novos usos, como plásticos, papel, embalagens *tetrapak*, latinhas, ferro-velho, vidro entre outros. O Catador faz com que este material descartado seja usado como matéria-prima das fábricas, transformando-se em novas mercadorias e criando um novo mercado consumidor. Logo, permite a movimentação do sistema econômico-produtivo.

O volume de PET reciclado vem aumentando consideravelmente. No entanto, a atividade ainda passa por um processo de profissionalização. É preciso investir em máquinas, tecnologia, novas formas de coleta, gestão das Cooperativas de Catadores e, principalmente, na divulgação da “cultura da reciclagem”, para que uma parcela maior da sociedade aprenda participe do processo de reciclagem. Não basta aprovar uma política pública se não houver métodos eficientes para recolhimento do material e investimento contínuo em tecnologias e infra-estruturas por parte das empresa recicladoras e empresas produtoras de insumos.

As Cooperativas demonstram manter uma boa relação com as comunidades locais, envolvendo-se em projetos de conscientização ambiental, divulgando seu trabalho e estimulando novas ações. Percebemos uma real intenção de fortalecimento nas relações entre as Cooperativas. Os projetos nos quais estão envolvidas, como Responsabilidade Social e Preservação Ambiental, além de questões de inclusão social, podem transformar a comunidade em que estão inseridas.

Confrontada à visão de Responsabilidade Social empresarial, o trabalho de apoio às Cooperativas de Catadores pode ser de uma boa estratégia de ação relacionamento com as partes interessadas e ocupar um papel importante de inserção na comunidade, de inclusão e

cidadania. Neste caso os programas de Responsabilidade Social das empresas, através de seus empreendimentos, intitutos/fundações e projetos sociais, podem contribuir para desenvolvimento de soluções inovadoras aos problemas sociais negligenciados, que atingem numerosos grupos sociais de baixa renda e a própria sociedade em geral. A perspectiva de buscas efetivas de resultados e a pressão para o estabelecimento de uma Política Nacional de Resíduos Sólidos pode ajudar na definição de focos precisos ao dar preferência às ações transformadoras e eficazes, como se propõe o Programa *Reciclou, Ganhou*.

Referências Bibliográficas

ABIPET. Informapet. São Paulo: 2010. Disponível em: <<http://www.abipet.org.br>> Acesso em 31 mai. 2010.

ABIR. Artigo Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas Não Alcoólicas, São Paulo: 2007. Disponível em: <http://www.abir.org.br/article.php3?id_article=3750&var_recherche=bottle+to+bottle>. Acesso em 02 de jun. 2010.

BRASIL. Resolução CONAMA nº 257/1999, 30 de junho de 1999. Estabelece que pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, tenham os procedimentos de reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final ambientalmente adequados. Publicação DOU nº 139, de 22/07/1999, págs. 28-29. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>> .Acesso em 01 jun. 2010.

BRASIL. Lei nº 9605/1998, 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm>. Acesso em 01 jun. 2010.

BRASIL. Decreto nº 5940/2006, 25 de outubro de 2006. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e Cooperativas dos Catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5940.htm>. Acesso em 01 jun. 2010.

BRASIL. Projeto de Lei nº 203/91. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/501911.pdf>>. Acesso em 01 jun. 2010.

CAVEDON, N.P. **O Método Etnográfico em Estudos sobre Cultura Organizacional: Implicações Positivas e Negativas**. In: Encontro Nacional da Associação Nacional dos

Programas de Pós-Graduação em Administração, 23, 1999, Foz do Iguaçu, Anais Foz do Iguaçu: Anpad, 1999.

_____. **Recursos Metodológicos e Alternativas no Desenvolvimento e na Apresentação de Pesquisas em Administração.** In: Encontro Nacional da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 25, 2001, Campinas. Anais Campinas: Anpad, 2001.

CEMPRE Informa. São Paulo: Compromisso Empresarial para Reciclagem, n.58, 2001.

_____. Informa. São Paulo: Compromisso Empresarial para Reciclagem, n.92, 2007.

_____. Informa. São Paulo: Compromisso Empresarial para Reciclagem, n.99, 2008.

_____. Pesquisa CicloSoft 2008. Disponível em: < <http://www.cempre.org.br/ciclosft.php>>. Acesso em 31 mai. 2010.

COCA-COLA BRASIL. Apresenta informações, releases de imprensa e dados sobre a empresa. Disponível em: <<http://cocacolabrasil.com.br>>. Acesso em: 06 jun. 2010.

European Commission (Europa). Best LIFE-Environment projects 2006-2007. Ecolabel LIFE (“The Financial Instrument for the Environment”). European Communities, 2007. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/environment/life/publications/lifepublications/bestprojects/documents/bestenv07.pdf>>. Acesso em: 26 mai.2010.

GARCIA, J. **O negócio do social.** Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2004.

IBGE. Perfil dos Municípios Brasileiros – 2006. Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006.

INSTITUTO COCA-COLA BRASIL. Apresenta informações, releases de imprensa e dados sobre a empresa. Disponível em: <<http://institutococacolabrasil.org.br>>. Acesso em: 06 jun. 2010.

INSTITUTO ETHOS EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. Apresenta informações relacionados Responsabilidade Social. Disponível em: < <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/Default.aspx>>. Acesso em 30 mai. 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Apresenta artigos e dados sobre pesquisas econômicas e sociais. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/acaosocial/article40d8.html?id_article=588> . Acesso em: 25 mai. 2010.

KARKOTLI, G., ARAGÃO, S.D. **Responsabilidade social: uma contribuição à gestão transformadora das organizações.** Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

MAY P. H., LUSTOSA M. C., VINHA V. de. **Economia do meio ambiente: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

MELO NETO, F.P., FRÓES, C. **Gestão da Responsabilidade Social corporativa**. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora, 2001.

OCESP. Apresenta informações sobre a Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo. Disponível em: < <http://www.oces.org.br> >. Acesso em: 26 mai. 2010.

RIBEIRO, H.; BESEN, G. R. Panorama da coleta seletiva no Brasil: desafios e perspectivas a partir de três estudos de caso. **Interfacehs** - Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente, São Paulo, v.2, n.4, Artigo 1, ago 2007.

SALLES, A.C.N. **Emissões de Gases do Efeito Estufa dos Dormentes de Ferrovias de Madeira Natural e de Madeira Plástica no Brasil e na Alemanha com Base nos seus Ciclos de Vida. 2009. 218f.** Tese (Doutorado em Planejamento Energético) _COPPE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

U.S. Environmental Protection Agency (US). U.S. Environmental Protection Agency Performance And Accountability Report , Washington, DC, November 15, 2006 . Disponível em: <<http://www.epa.gov/ocfo/par/2006par/par06report.pdf> . >. Acesso em: 27 mai. 2010.

VERGARA, S.C. **Métodos de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2006.

VIVA POSITIVAMENTE. Apresenta informações sobre a plataforma de sustentabilidade da empresa Coca-Cola Brasil. Disponível em: <<http://vivapositivamente.com.br>>. Acesso em: 06 jun. 2010.